

Viver mais para viver pior?

Gustavo Sugahara¹, António Francisco², Peter Fisker³

Introdução

Os indicadores de riqueza, pobreza, bem-estar e desenvolvimento humano, entre outros, são, e vão certamente continuar a ser controversos. Não é de admirar. Tais indicadores procuram quantificar realidades relativamente simples e familiares, mas quando submetidas a um olhar mais atento, reflectem uma enorme complexidade de relações sociais, bem como veiculam valores políticos e morais diversos, mais ou menos subjetivos.

A ciência existe precisamente para lidar com a complexidade da vida e encontrar respostas para os seus enigmas, criando instrumentos de análise e medição. É justamente este o objectivo de uma série de indicadores internacionais bem conhecidos que são convertidos em ferramentas de avaliação e monitoria de políticas, cujo impacto incide diretamente na vida das pessoas. Em Moçambique, os indicadores sobre mudanças sociais têm despertado crescente interesse e calorosos debates, principalmente quando levantam dúvidas sobre a qualidade e direcção das mudanças observadas, bem como o impacto e desempenho dos fazedores de políticas públicas. Um bom exemplo disto acontece anualmente, quando o famoso Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é divulgado internacionalmente pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Todos os anos a divulgação do IDH reacende o debate sobre se os dados e métodos usados influenciaram ou não o péssimo desempenho do desenvolvimento humano moçambicano.

Outro exemplo, igualmente controverso, diz respeito à problemática da estimativa da pobreza, sem dúvida um dos temas mais debatidos em Moçambique. Sobre a pobreza moçambicana, suas causas e determinantes, e sobretudo que políticas poderão contribuir para a sua redução, já foram escritos inúmeros documentos, sendo este inclusive o foco principal de um dos principais documentos programáticos do Governo Moçambicano (GdM) e seus parceiros internacionais, o chamado Plano de Acção para a Redução da Pobreza (PARP) (GdM, 2011).

Apesar dos esforços em se produzir indicadores sociais, representativos e confiáveis, persistem diversas lacunas quanto à qualidade dos dados, abordagens e metodologias de análise da pobreza e do desenvolvimento humano, a nível nacional, mas sobretudo a nível mais desagregado, por áreas e grupos específicos.

Na sequência de vários artigos sobre envelhecimento publicados anteriormente (Sugahara and Francisco, 2012), no primeiro semestre deste ano o IESE desenvolveu uma investigação sobre as condições de vida da população idosa moçambicana, através de uma pesquisa em parceria com a HelpAge Internacional, cujo relatório final será divulgado brevemente. Inspirados nos resultados desta pesquisa, este breve texto discute uma ideia, simples mas relevante: “Todos queremos viver mais”.

Independentemente das condições de vida que os humanos logram alcançar, no decurso da vida, todas as pessoas são movidas por um mesmo impulso de sobrevivência e aspiração a uma vida mais longa. Este é dos instintos mais básicos da vida, não só seres humanos, mas de qualquer organismo vivo, com a diferença que os seres humanos desenvolveram a capacidade de percepção e racionalização de conceitos como o “valor” (bem ou mal, certo ou errado, etc.), para além das meras aptidões sensoriais de prazer ou dor encontradas em outros organismos vivos.

Diferentemente dos demais seres vivos, os seres humanos desenvolveram também a capacidade de transformar em realidade a aspiração por uma vida mais longa. Por isso, o indicador de esperança de vida foi convertido numa das evidências de desenvolvimento humano. É justamente no espírito da celebração do triunfo da longevidade humana, que o relatório do FNUAP e da HelpAge International (2012) elegeu o envelhecimento populacional como uma das mais significativas tendências do século XXI.

Entretanto, o aumento da longevidade humana tem gerado novos desafios, nunca antes enfrentados pela humanidade, pelas suas profundas implicações na organização social, económica e cultural das sociedades. Neste sentido, este breve texto chama a atenção para as importantes questões

decorrentes do seu título principal: “Todos queremos viver mais, mas o que é que isto implica? Será que o aumento da esperança de vida dos moçambicanos está a ser acompanhado de melhorias no bem-estar dos idosos?”. As respostas a estas questões tomam em consideração estudos anteriores, mas em particular os resultados recentes da acima referida investigação do IESE (Francisco et al., 2013).

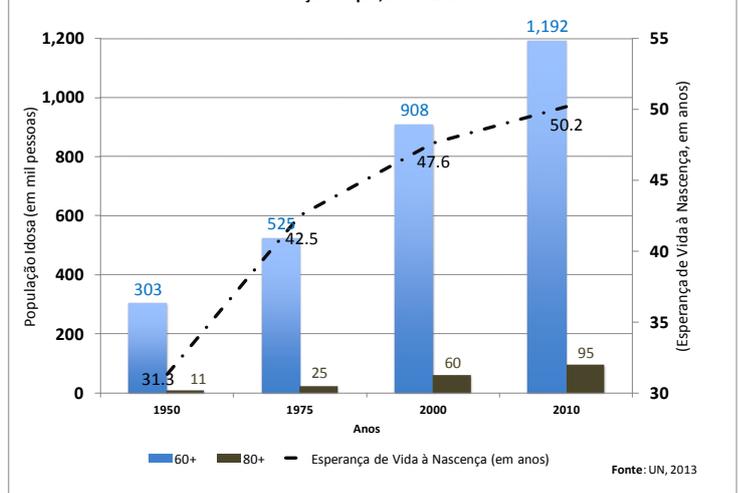
LONGEVIDADE: ASPIRAÇÃO E REALIDADE

Moçambique possui uma das populações mais jovens no Planeta; uma idade mediana de 17 anos de idade, correspondente a 16 anos, para a população rural, e cerca de 19 anos, para a população urbana (INE, 2010, p. 7).

No último meio século, o aumento da esperança de vida à nascença em Moçambique, ainda que lento mas real, conjugado com o crescimento demográfico nacional (taxa média anual de 2,2% em 50 anos), tem originado uma aceleração do crescimento do efectivo de idosos (Figura 1). De um total de pouco mais de 300 mil idosos em 1950, a população idosa com 60 ou mais anos ultrapassou 500 mil em 1975, e actualmente é estimada em cerca de 1,2 milhões; cerca 5% da população total, estimada em 23,9 milhões em 2010 (UN, 2013). Por sua vez, o grupo de idosos com 80 ou mais anos de idade passou de apenas 11 mil pessoas, em 1950, para 95 mil, em 2010 (UN, 2013) (Figura 1).

O actual efectivo de idosos moçambicanos representa o terceiro maior efectivo de idosos entre os países da África Austral. Para se ter

Figura 1 – Evolução da População Idosa e Esperança de Vida à Nascença, Moçambique, 1950-2010



1. Associado do IESE e do Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), DINÂMIA'CET-IUL.

2. Director de investigação do IESE, Professor Associado da Faculdade de Economia da Universidade Eduardo Mondlane (UEM).

3. Consultor Independente.

uma ideia do seu peso relativo no contexto moçambicano, refira-se que o total de idosos não é muito inferior ao total da força de trabalho assalariada moçambicana, estimada em cerca de dois milhões de pessoas (Francisco et al., 2013). Por outro lado, cerca de 17% dos agregados familiares tem pelo menos um idoso, se bem que a sua distribuição geográfica e social varie muito no País. Uma maior proporção de idosos encontra-se nos agregados familiares da zona sul do país. Nas províncias de Gaza e Inhambane, por exemplo, cerca de 30% dos agregados familiares tem pelo menos um idoso, contra apenas 14% nas províncias nortenhas (Niassa, Nampula e Zambézia). Estas diferenças são mais visíveis nos postos administrativos, em que quase 50% de agregados familiares no sul possuem idosos.

O mesmo se poderia dizer de outras características, como por exemplo diferenças de género. Ainda que estas características não sejam o foco deste texto, vale a pena referir, a título ilustrativo, o facto de embora as mulheres representem mais de 50% da população total, menos de um terço dos agregados familiares sejam chefiados por mulheres, mas o hiato entre homens e mulheres vivendo sozinhos é ainda mais expressivo; cerca de 11% das mulheres e apenas 4% de homens vivem sozinhos.

VIVER MAIS... COMO?

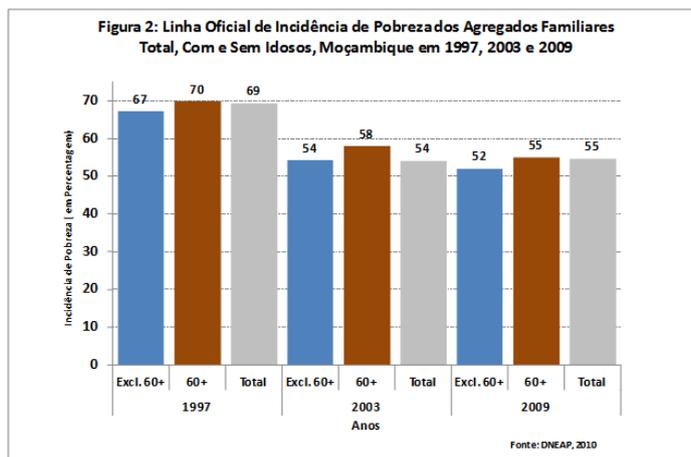
Os indicadores demográficos acima referidos evidenciam uma inequívoca conquista: os moçambicanos estão realmente a viver mais. É certo que o hiato entre a esperança de vida dos moçambicanos e a esperança de vida média mundial ainda é enorme (50,2 contra 70 anos, respectivamente); mas não há dúvida que as pessoas em Moçambique também estão a ampliar a sua longevidade.

Como explicar esta conquista? Não é possível, no espaço reservado a este texto, responder satisfatoriamente a esta questão; mas pelo menos é possível destacar o papel de um dos indicadores de condições de vida mais usados, a incidência da pobreza.

Será que o aumento da longevidade dos moçambicanos está a ser acompanhado de redução da pobreza entre os idosos? A resposta a esta questão, fornecida pela pesquisa do IESE, acima referida, é consistentemente negativa. Consistentemente, no sentido que conjuga vários métodos e indicadores, aplicados aos melhores e mais actualizados dados estatísticos disponíveis sobre o bem-estar e pobreza em Moçambique.

Destacamos aqui apenas um dos métodos, eventualmente o mais controverso, mas também o mais usado e exposto ao debate, relacionado com a incidência de pobreza com base no consumo. Este é o método escolhido oficialmente pelo Governo de Moçambique (DNEAP, 2010), baseado num conjunto de linhas de pobreza regionais, que tem o mérito de ser facilmente calculável, mas como têm mostrado certos autores possui importantes fragilidades (Alfani et al., 2012; Boom, 2011).

A Figura 2 compara as linhas de pobreza oficial em três anos: 1997, 2003 e 2009. Embora se observe uma redução de agregados familiares vivendo abaixo da linha oficial de pobreza, de 69% em 1997 para 55% em 2009, a diferença nos níveis e variação da pobreza entre



agregados familiares com e sem idosos é estatisticamente significativa. Todavia, o aspecto mais evidente, na Figura 2, é que em todo o período considerado (1997-2009), os agregados familiares com idosos são mais pobres, relativamente à população total e aos agregados familiares sem idosos. Em outras palavras, os próprios indicadores de pobreza oficiais revelam que os idosos moçambicanos são mais pobres do que o resto da população.

DESPERTAR PARA A REVOLUÇÃO DA LONGEVIDADE

Este texto destaca apenas a versão oficial da pobreza, utilizada pelo Governo Moçambicano e seus parceiros internacionais. Convém referir que a abordagem oficial sobre pobreza tem sido objecto de revisão, por se ter constatado que as limitações dos dados e certas opções metodológicas da abordagem oficial resultaram num padrão pobreza contra-intuitivo e duvidoso (Alfani et al., 2012; Boom, 2011; DNEAP, 2010). Recentes versões corrigidas dos mesmos dados estatísticos colocaram em cheque a conclusão oficial de que a pobreza urbana tem baixado menos do que a pobreza rural. De igual modo, a acima referida investigação realizada recentemente pelo IESE sobre os idosos corrobora as versões corrigidas, recorrendo a um método de bens duráveis em vez do consumo, um assunto que merece ser retomado noutra oportunidade (Francisco et al., 2013)

Em artigos anteriores defendemos a necessidade de se repensar cuidadosamente a relevância da população idosa, superando a percepção enganadora, decorrente do facto da sua proporção ser muito inferior aos demais grupos populacionais (e.g. crianças, jovens e adultos). Inicialmente nos falávamos da necessidade de nos anteciparmos às grandes mudanças estruturais, esperadas para a população moçambicana, mas em rigor, tais mudanças já estão em curso.

Moçambique, tal como o resto do Mundo, integra a mudança radical que o pesquisador Alexandre Kalache (2013) designa por revolução da longevidade. Embora mais lentamente do que no resto do Mundo, nos últimos 50 anos Moçambique logrou romper com a esperança de vida estagnada e muito baixa (cerca de 30 anos), prevalente durante milhares de anos; desde 1950 adicionou mais 20 anos, dos quais onze até 1975, e os restantes nove entre 1975 e 2012.

Todavia, uma grande contradição está a enraizar-se perigosamente na sociedade moçambicana. A conquista de uma vida mais longa não está

sendo acompanhada pela melhoria das condições de vida, por forma a permitir aos idosos desfrutarem de uma velhice digna.

Se não começarmos a pensar e a agir, desde já, no sentido de invertermos esta situação, os jovens de hoje, que farão parte de um total de 10 milhões de idosos, dentro de meio século, correrão o risco de viverem igualmente na precariedade e miséria. Em outras palavras, é urgente que os moçambicanos despertem para as implicações da conquista da longevidade; se não for por motivos de solidariedade intergeracional, pelo menos que o façam pela motivação egoísta de garantir um padrão de vida digno na sua velhice.

REFERÊNCIAS

- Alfani, F., Azzari, C., D'Errico, M., Molini, V., 2012. Poverty in Mozambique: New Evidence from Recent Household Surveys (SSRN Scholarly Paper No. ID 2156797). Social Science Research Network, Rochester, NY.
- Boom, B. van den, 2011. Analysis of Poverty in Mozambique: Household poverty status, child malnutrition and other indicators 1997, 2003, 2009. Centre for World Food Studies, VU University.
- DNEAP, 2010. Pobreza e Bem-estar em Moçambique: Terceira Avaliação Nacional. Direcção Nacional de Estudos e Análise de Políticas (DNEAP), Ministério da Planificação e Desenvolvimento (MPD), Maputo.
- Francisco, A., Sugahara, G., Fisker, P., 2013. Dinâmicas de Bem-estar e Pobreza da População Idosa Moçambicana - Sumário dos Resultados Preliminares Apresentados no Seminário do IESE de 15 de Maio. Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE), Maputo.
- GdM, 2011. Plano de Acção para Redução da Pobreza (PARP) 2011-2014. Governo de Moçambique (GdM), Maputo.
- INE, 2010. Projecções Anuais da População Total, Urbana e Rural, Moçambique (2007 – 2040) [WWW Document]. Portal do Instituto Nacional de Estatística. URL www.ine.gov.mz/populacao/projecoes/proj_pop_moz.
- Kalache, A., 2013. The Longevity Revolution - Creating a society for all ages, Adelaide Thinker in Residence 2012 - 2013. Government of South Australia.
- Sugahara, G.T.L., Francisco, A., 2012. Desafios da Duplicação da População Idosa em Moçambique.
- UN, 2013. World Population Prospects, the 2012 Revision [WWW Document]. United Nations (UN). URL http://esa.un.org/wpp/unpp/panel_indicators.htm
- UNFPA, HelpAge International, 2012. Ageing in the Twenty-First Century: A Celebration and a Challenge. UNFPA and HelpAge International, New York.